

Energia nova: MME prepara estudo sobre financiamento de usinas para leilão
Grupo de trabalho deve concluir análise sobre as condições do negócio num prazo de 20 dias,
segundo Tolmasquim

Fabio Couto, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

7/6/2005

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, informou que o Ministério de Minas e Energia deve receber em até 20 dias um estudo preliminar sobre as condições de financiamento para os empreendimentos ofertados no leilão de energia nova. Ao participar nesta terça-feira, 7 de junho, do "Fórum **CBIEE** - Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro", Tolmasquim disse que um grupo de trabalho foi criado há cerca de 15 dias com a finalidade de analisar a proporção capital próprio-financiamento e possibilidade de aceitar a condição **project finance**, entre outros pontos relacionados ao tema.

No entanto, ainda não há data definida para a realização do leilão, destacou o presidente da EPE. "O governo ainda está trabalhando na sistemática da licitação", disse. Com relação a outras fontes de energia no leilão, Tolmasquim contou que agentes ligados à biomassa estudam participar da licitação com até 1,5 mil MW. A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, já havia sinalizado de forma positiva para a participação da fonte de energia na licitação. A medida seria uma forma de complementar a oferta de energia, uma vez que o ministério já admite que não conseguirá licitar as 17 hidrelétricas previstas.

Embora ressalte que não lembra exatamente o valor, o presidente da EPE acredita que "entre quatro e cinco usinas" já devem contar com licenciamento prévio. Para o leilão, disse Tolmasquim, está prevista ainda a presença de uma térmica a carvão. Ele disse ainda que os leilões de energia velha estudados pelo ministério ainda não possuem data marcada. Outro leilão, porém, para linhas de transmissão, deve ser realizado entre setembro e outubro.

Angra 3 - O presidente da EPE informou que a Casa Civil já possui um parecer oficial sobre a construção da usina nuclear Angra 3. De acordo com Tolmasquim, a decisão depende de ser divulgada por aquele ministério ou de uma reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ainda sem data definida. Tolmasquim reiterou que o MME posicionou-se contra a construção imediata da usina. "A ministra julgou ser desnecessário fazer agora, por achar que existem fontes alternativas mais viáveis. O MME não é contra Angra 3, só não vê prioridade na usina", disse. Com a divulgação do parecer pela Casa Civil, a decisão fica nas mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.